



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA

PARECER JURÍDICO 2021 – CPL/PMJ
Processo nº. 1.877/2021

Assunto: Dispensa de Licitação nº. 043/2021. Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93 c/c Decreto Municipal nº 013/2021 c/c Decreto Municipal nº 022/2021.

1 – DOS FATOS

Trata-se de consulta encaminhada, que requer análise acerca da regularidade jurídico-formal do procedimento licitatório na Modalidade Dispensa de Licitação nº. 043/2021, cujo objeto **“Aquisição de Mudas e Plantas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Jacareacanga”**.

O procedimento veio instruído com a justificativa para contratação direta da aquisição de produtos, com a documentação da empresa VIVEIRO SANTA LUZIA LTDA e proposta comercial em que se detalhou os serviços a serem prestados, bem como o preço unitário e global, onde ficou indicado que a referida pessoa física tem condições de atender a demanda do Município, culminando por assegurar a prestação dos serviços públicos a cargo da Administração Municipal de Jacareacanga.

É o breve relatório. Passo à análise.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Note-se, que como regra a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço encontra-se obrigada a realizar previamente processo de licitação, conforme previsto respectivamente no art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

Art. 37 – omissis –

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA

Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos basilares, cujo primeiro é o de estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; e o segundo revela-se no propósito do Poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Estes aspectos estão previstos de forma bem clara no art. 3º, da Lei de Licitações e Contratos:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Dessa forma, Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Para cumprir seu desiderato o poder público deve propiciar iguais oportunidades aos que desejam com ele contratar, estabelecendo, previamente, os padrões dos bens e serviços de que precisa para que possa atuar com eficiência na gestão dos recursos públicos. Do exposto, pode-se chegar a uma conclusão fundamental, qual seja, a de que a licitação atende a duas finalidades essenciais. A primeira delas é permitir que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público. De outro lado, presta-se a permitir aos cidadãos, em igualdade de condições e sem privilégios, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra. Com isso, evita-se que os agentes públicos, fazendo mau uso da máquina administrativa, obtenham, para si ou para outrem, vantagem ilícita decorrente da celebração de contratos administrativos, em evidente prejuízo para a *res publica*.

Todavia, existem certas situações em que o gestor público, embora podendo realizar o processo de licitação, em virtude da existência de determinadas situações, poderá dispensar a realização do certame, como são os casos previstos no art. 24 da Lei 8.666/93.

Noutros casos, dispõe a Lei de Licitações que é possível a contratação direta, por dispensa de licitação, quando o administrador se encontrará diante de situações, ora materiais, ora jurídicas, que o impossibilitarão de realizar a licitação por motivo de emergência ou calamidade pública, como nos casos previstos no art. 24 da mesma Lei, vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - **nos casos de emergência ou de calamidade pública**, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA

serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; **(grifei)**

Ressalta-se que o rol do art. 24 apresenta natureza taxativa e, para tanto, a referida contratação encontra base legal no supramencionado art. 24, IV da Lei de Licitações c/c com o Decreto Municipal nº 013/2021-PMJ/GP, que decretou situação de emergência administrativa e financeira em razão de grave anormalidade administrativa e financeira do Município de Jacareacanga pelo prazo de 30 (trinta) dias e o Decreto Municipal nº 022/2021-PMJ/GP, que prorrogou a vigência do Decreto Municipal nº 013/2021-PMJ/GP até dia 31 (trinta e um) de março do corrente ano.

Essa é a fundamentação.

Passo à conclusão.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto e observado o valor a ser praticado na contratação que não poderá ser superior aos preços comparativamente praticados no mercado, opino pela legalidade na contratação direta, com fundamento no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 c/c Decreto Municipal nº 013/2021 c/c Decreto Municipal nº 022/2021, observado os procedimentos do art. 26 do mesmo dispositivo.

Este é, respeitosamente, o parecer.

Salvo melhor juízo

Jacareacanga – PA, 30 de março de 2021.

MILENA RAYNÁ LIMA GOMES
Assessora Jurídica
Advogada – OAB/PA 29.539